

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CNPJ 76.291.418/0001-67

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO E TRANSMISSÃO DE VÍDEO/EDIÇÃO DE VÍDEOS

ÓRGÃO SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

1. OBJETO

Gravação e transmissão ao vivo de shows na XIII Santafest 2024. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de captação e transmissão de vídeo em formato full hd para central de vídeo para distribuição em telões de led com vistas a atingir o público presente, para os shows dos dias 06, 07 e 08 de dezembro de 2024, que ocorrerão no âmbito da XIII Santafest 2024. Transmissão ao vivo com resolução mínima full hd para central de vídeo e gravação em cartão de memória (central de vídeo e painéis de led serão contratados pela administração municipal); - 2 cinegrafistas com câmeras em tripés e 1 cinegrafista com steadCam. - 1 gravador de som (plugado na mesa de som). - 1 drone, resolução mínima full hd, com mínimo de 40 minutos de imagens aéreas gravadas (a indicar pela organização do evento). - Edição de 3 vídeos de até 2 minutos cada (estilo trailer) (1 para cada dia de evento).

1.1. Especificações e quantidades

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	- Gravação e transmissão ao vivo de shows na XIII Santafest 2024, nos dias 06, 07 e 08 de dezembro de 2024. (resolução mínima full hd) para central de vídeo e gravação em cartão de memória (central de vídeo já contratada pela prefeitura, para transmitir para painéis de led); - 2 cinegrafistas com tripé + 1 cinegrafista móvel com steady cam. - 1 gravador de som (plugado mesa de som). - 1 drone, resolução mínima full hd, mínimo de 30 minutos de imagens aéreas gravadas (a indicar pela organização do evento).	UNIDADE	1
02	Edição de vídeos de até 2 minutos cada (estilo trailer) resolução full hd (1 para cada dia de evento). Conclusão em até 45 dias após os eventos.	UNIDADE	3

:

1.2. Da natureza do objeto

(X) Não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022

(X) Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

Nota:

O artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que os itens de consumo deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo. O

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CNPJ 76.291.418/0001-67

Decreto nº 10.818, de 2021 regulamentou o tema, devendo as vedações nele estabelecidas serem respeitadas pelo administrador público.

Orientação Normativa AGU nº 54/2014: Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde à obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação de uma empresa especializada em serviços de captação e transmissão de vídeo em formato Full HD para a XIII Santafest 2024 é essencial para garantir que o evento atenda às expectativas de todos os participantes. Este alinhamento entre o objeto da contratação e o planejamento prévio é crucial para o sucesso da festa.

A XIII Santafest, promovida pelas Entidades e Clubes de Serviços do município com o apoio da Prefeitura, se consolidou como um evento tradicional e uma importante fonte de arrecadação para as entidades locais, atraindo um grande fluxo de famílias e turistas. Com uma área de mais de 10 mil m² e um público considerável, é inevitável que a visualização dos shows ao vivo seja limitada para muitos espectadores.

A transmissão ao vivo de shows em telões ou painéis de led com câmeras de vídeo é uma prática cada vez mais comum em grandes eventos e traz benefícios significativos tanto para o público quanto para os organizadores. Em eventos de grande porte, como festivais e shows em estádios ou grandes espaços, a distância entre o palco e o público pode ser um obstáculo para muitos espectadores que estão nas áreas mais distantes. Estudos mostram que em eventos de grande porte, a visibilidade do palco para aqueles que estão longe pode ser comprometida, prejudicando a experiência do público. Com o uso de câmeras de alta definição e telões estrategicamente posicionados, todos os participantes podem acompanhar de perto os detalhes das apresentações, como expressões faciais dos artistas e interações no palco, garantindo que ninguém perca nenhum momento crucial do show.

Além disso, a transmissão ao vivo em telões e painéis de led contribui para a segurança e o conforto do público. Em eventos de grande porte, o aglomerado de pessoas nas proximidades do palco pode resultar em situações perigosas, como empurrões e quedas. Ao oferecer uma experiência visual de alta qualidade em diferentes áreas do local do evento, os organizadores podem incentivar o público a se espalhar de maneira mais uniforme, reduzindo o risco de acidentes e melhorando a circulação de pessoas.

Portanto, a necessidade de instalar telões de LED (que serão contratados pela administração municipal), que transmitam em alta definição cada momento dos shows, não é apenas uma escolha estética, mas uma exigência prática para garantir que todos os presentes possam desfrutar plenamente das atrações, independentemente de onde estejam posicionados, surgindo assim a captação e transmissão em vídeo pelas câmeras como elemento fundamental que dará vida aos painéis de LED. O sucesso de um evento dessa magnitude depende diretamente de um planejamento cuidadoso, onde cada detalhe – como a captação e transmissão de vídeo – esteja perfeitamente alinhado com o objetivo final de proporcionar uma experiência memorável para o público.

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

3.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP?

() Sim

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CNPJ 76.291.418/0001-67

(X) Não

3.2. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014):

() Valor referencial inferior a R\$ 80.000,00 por item (participação exclusiva para ME/EPP).

() Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 por item (participação exclusiva para ME/EPP).

() Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 de natureza divisível (com cota para ME/EPP).

() Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 de natureza divisível, porém não sendo aplicável tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte por não ser mais vantajoso para a administração pública.

Justificativa:

3.2.1. Percentual para aplicação do Art. 48 da Lei Complementar n.º 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014): _____ %

Nota:

O percentual deve estar entre 20% a 25%, conforme Lei Complementar Nº 787, de 29 de dezembro de 2021. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/787_2021_lei_complementar.html

3.3. Haverá necessidade de vistoria prévia (visita técnica)?

() Vistoria obrigatória

() Vistoria facultativa

(X) Não será exigida vistoria.

3.4. Será admitida a participação de consórcios?

(X) Não

() Sim

3.5. Será admitida a participação de cooperativas?

(X) Não

() Sim

3.6. Será admitida a subcontratação?

(X) Não

() Sim

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CNPJ 76.291.418/0001-67

3.7. Do agrupamento de itens em lotes

A aquisição/contratação se dará em lotes?

☐ Não

☒ Sim

Justificativa:

O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes. A licitação, para a contratação de que trata o objeto deste Termo de Referência e seus Anexos, considerando o artigo 47 da lei nº 14.133, objetivou-se em único lote, justificando-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários prestadores de serviços poderão implicar descontinuidade da padronização, bem assim em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário. Somado a isso a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo dos serviços, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos prestadores de serviços. O agrupamento dos itens faz-se necessário haja vista a economia de escala, a eficiência na fiscalização de um único contrato e os transtornos que poderiam surgir com a existência de duas ou mais empresas para a execução e supervisão do serviço a ser prestado. Assim, destacamos os princípios da eficiência e economicidade.

Nota:

Inserir justificativa do agrupamento de itens distintos em um mesmo lote ou excluir todo o subitem, caso não se aplique.

Cabe exclusivamente à área técnica a decisão de divisão de itens ou lotes, devendo-se ter especial atenção quanto à justificativa para a aglutinação em lote único. Registra-se, assim a jurisprudência majoritária do TCU, consubstanciada na Súmula n.º 247:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

☒ Não

☐ Sim

4.2. Será exigido amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):

☒ Não

☐ Sim

4.3. Será exigida prova de conceito?

☒ Não

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CNPJ 76.291.418/0001-67

() Sim

4.4. Será exigida carta de solidariedade?

(X) Não

() Sim

4.5. Será exigida garantia de proposta?

(X) Não

() Sim

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

5.1. Habilitação Jurídica

() Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

(X) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

(X) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

(X) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

(X) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

(X) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

(X) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

() Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

() Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CNPJ 76.291.418/0001-67

() Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

() Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

(X) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

(X) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

(X) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

(X) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

(X) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

(X) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

5.3. Qualificação econômico-financeira

() Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

() Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

() Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante); e

Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CNPJ 76.291.418/0001-67

$$\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante})/(\text{Passivo Circulante}).$$

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de.....% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

5.4. Qualificação técnica

() Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional(escrever por extenso, se o caso), em plena validade.

() Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

[...] _____
[...] _____
[...] _____

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

() Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei

Outras exigências de qualificação técnica:

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

() A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

() A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CNPJ 76.291.418/0001-67

- ☐ A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
 - ☐ O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
 - ☐ A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
 - ☐ Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - a) ata de fundação;
 - b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
 - f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazo de entrega/execução

A Contratada deverá realizar a prestação dos serviços de gravação e transmissão no âmbito da XIII SantaFest, nos dias 06,07 e 08 de dezembro de 2024, durante os shows. Os arquivos de vídeo deverão ser editados em formato “trailer”, de até 2 minutos, sendo um para cada dia de show e deverão ser entregues no prazo de 45 dias após o último dia de show. O empenho e pagamento total será realizado em até 05 dias após o término da XIII SantaFest ;

6.2. Local, horário e endereço de entrega

As entregas deverão ser feitas, quando solicitadas pela secretaria demandante na Diretoria de Cultura, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Avenida Pres. Kennedy , 797, centro, Santa Fé- Paraná.

6.3. Bens perecíveis

- ☒ Não
- ☐ Sim

Se sim, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 60 dias do prazo total recomendado pelo fabricante.

6.4. Garantia de execução do contrato

Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Arts 96 a 102 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a % do valor total do contrato?

- ☒ Não
- ☐ Sim

6.5. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CNPJ 76.291.418/0001-67

() Garantia e/ou assistência técnica

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1 Da contratada

Gravação e transmissão ao vivo de shows na XIII Santafest 2024. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de captação e transmissão de vídeo em formato full hd para central de vídeo para distribuição em telões de led com vistas a atingir o público presente, para os shows dos dias 06, 07 e 08 de dezembro de 2024, que ocorrerão no âmbito da XIII Santafest 2024. Transmissão ao vivo com resolução mínima full hd para central de vídeo e gravação em cartão de memória (central de vídeo e painéis de led serão contratados pela administração municipal); - 2 cinegrafistas com câmeras em tripés e 1 cinegrafista com steadCam. - 1 gravador de som (plugado na mesa de som). - 1 drone, resolução mínima full hd, com mínimo de 40 minutos de imagens aéreas gravadas (a indicar pela organização do evento). - Edição de 3 vídeos de até 2 minutos cada (estilo trailer) (1 para cada dia de evento). Requisitos para a contratação:

- A forma e critério de julgamento a ser utilizado no presente certame será o MENOR PREÇO.
- Os produtos/serviços que forem recusados por não atender as especificações contidas neste Estudo Técnico Preliminar serão devolvidos/recusados, devendo o fornecedor substituir o produto/serviço no prazo de até 3 (três) dias úteis, sem custos para o município.
- A Contratada deverá executar os serviços de maneira que seja possível a fiscalização, de forma que facilite a verificação e controle pela Secretaria solicitante;
- A Contratada deverá responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto desta contratação;
- A Contratada deverá informar ao Fiscal do Contrato, a ocorrência de qualquer anormalidade, que cause danos na entrega do produto prestando os esclarecimentos necessários;
- A Contratada deverá entregar os produtos/serviços acompanhados de nota fiscal discriminando-os, de acordo com as especificações técnicas;
- A Contratada deverá efetuar a entrega do material/serviços dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da emissão da solicitação de despesa;
- O período da contratação se encerrará após a entrega dos vídeos editados, **no prazo de 45 dias após** o término da XIII Santafest ;
- **As entregas deverão ser feitas, quando solicitadas pela secretaria demandante na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Fé:**
 - a) O local de entrega de documentos ou qualquer item, quando necessário: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes – Av. Pres. Kennedy, 797, Centro / 3247-1247 – Centro – CEP 86770-000 Santa Fé – Paraná., de segundas a sextas-feiras das 08h30min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min. Aos cuidados

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CNPJ 76.291.418/0001-67

da Diretoria de Cultura, sob a responsabilidade do diretor Joubert Paulo Teixeira., ou outro a definir pela Secretaria demandante

b) Comissão de recebimento: Joubert Paulo Teixeira

- A Fiscalização do contrato será feita pelo servidor:

Nome: JOUBERT PAULO TEIXEIRA

Função: DIRETOR DE CULTURA

Matrícula: 201594

Obriga-se a empresa vencedora:

- atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- ao fornecimento do objeto/serviço, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto/serviço objeto do edital;
- providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto/serviço;
- não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- realizar cadastro em Portal de Assinatura Eletrônica com validade jurídica.

7.1 Da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

- comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos/serviços entregues/prestados;
- efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CNPJ 76.291.418/0001-67

- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto/serviço entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação.

8. DO CONTRATO

8.1. INSTRUMENTO CONTRATUAL

(X) Somente por assinatura de contrato

() Autorização de Fornecimento + Contrato de garantia e assistência técnica

() Autorização de Fornecimento

() Outro. _____

8.2. VIGÊNCIA

(X) O prazo de vigência da contratação é de contados de 12 meses na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

() O prazo de vigência da contratação é de máximo de 5 anos contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

() O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] OU o Estudo Técnico Preliminar.

8.3. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestor:

Nome: Maria Conceição Abraão Scandelai	
Cargo: Secretária de Educação, Cultura e Esportes	
Matrícula: 401506	
E-mail: educacao@santafe.pr.gov.br	

Fiscal:

Nome: Joubert Paulo Teixeira	
Cargo: Diretor de Cultura	
Matrícula: 201594	
E-mail: assessoria@santafe.pr.gov.br	

Nota:

Caso seja definida a necessidade de fiscais técnicos, setoriais, indicar as mesmas informações.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1 Prazos

Prazo de troca de bens/serviços rejeitados: Os produtos/serviços que forem recusados por não atender as especificações contidas neste Estudo Técnico Preliminar serão devolvidos/corrigidos/refeitos, devendo o fornecedor substituir o produto/serviço no prazo de até 10 (dez) dias úteis, sem custos para o município.

Prazo de recebimento definitivo do objeto/serviço: A Contratada deverá efetuar a entrega/prestação do material/serviço, durante a realização da XIII Santafest (transmissão e gravação em vídeo) e dentro do prazo de 45

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CNPJ 76.291.418/0001-67

dias após o término da XIII SantaFest (vídeos “trailer” editados). A emissão da solicitação de despesa deverá ocorrer em até 05 dias após o término da XIII SantaFest, com seu empenho e liquidação em até 10 dias.

Prazo de liquidação do documento fiscal: 5 dias após recebimento da mesma.

Prazo de pagamento: Imediatamente após o término dos shows da XIII SantaFest.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão a conta da dotação:

Dotação Orçamentária
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - 19.003.13.392.0011.2248.3.3.90.39.00.00

11. DO VALOR ESTIMADO

O valor máximo estimado será de R\$ 19.800,00 (Dezenove mil e oitocentos reais)

12. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Com base no exposto, temos a contratação de uma empresa especializada em serviços de captação e transmissão dos shows da XIII SantaFest para a prefeitura não somente recomendada, mas essencial para o sucesso desse evento. A transmissão de vídeo em painéis de led durante shows musicais desempenha um papel essencial na melhoria da experiência do público, especialmente em grandes espaços onde a visibilidade do palco pode ser limitada. Esses telões permitem que todos os espectadores, mesmo aqueles que estão mais distantes, tenham uma visão clara dos artistas e de momentos importantes da performance, como solos, expressões faciais e interações no palco. Além disso, eles contribuem para criar uma atmosfera visualmente rica, sincronizando efeitos gráficos, animações e jogos de luzes com a música, aumentando o impacto emocional do espetáculo e fortalecendo a conexão entre os artistas e o público. Assim, sem a captação e transmissão pelas câmeras de alta definição, os shows, de certa forma, perdem brilho e alcance. Com a captação surge como produto as gravações dos shows, as quais serão editadas em formato “trailer”, para serem divulgados nas redes sociais. Assim, a expertise desses profissionais assegura que os eventos sejam conduzidos com a máxima eficiência e qualidade, refletindo positivamente na imagem e na atuação da administração municipal.

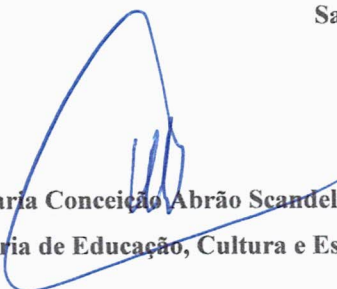
13. INDICAÇÃO RESPONSÁVEL NO ÓRGÃO PELOS ENCAMINHAMENTOS DE EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS

Nome: Joubert Paulo Teixeira

E-mail: assessoria@santafe.pr.gov.br

Telefone institucional: (44) 3247-1247

Santa Fé, 09 de Agosto de 2024.


Maria Conceição Abrão Scandelai
Secretária de Educação, Cultura e Esportes